



Desenho de Akira Kurosawa para o filme *Sonhos*

Carta da nova diretoria da SPBsb

Psicanálise Implicada: Ética e Responsabilidade Social

Nós, Lúcia Eugênia Velloso Passarinho, Luciano Wagner Guimarães Lírio, Daniela Yglesias de Castro Prieto, Maria Elizabeth Mori, Isa Maria Lopes Paniago e Maria Fernanda Cardoso de Oliveira Lenzi, agradecemos os votos de confiança dos nossos colegas para assumirmos a gestão da Diretoria da SPBsb no biênio 2021/2022.

Nossa inserção no mundo psicanalítico se dá, prioritariamente, nesta Sociedade (e seu Instituto), num espaço de convivência democrática cotidiana que se expande também por meio de ações de pertencimento junto às instituições psicanalíticas Febrapsi, FEPAL e IPA.

Vivemos um momento histórico-político mundial de polarização destrutiva, com ataques ao diferente e ações de doutrinação fundamentalista. No Brasil, vivemos todo tipo de violência, situações traumáticas e disruptivas que afetam a nossa população, principalmente os mais desfavorecidos socialmente, frente a um fracasso evidente do Estado na proteção dos direitos básicos de justiça, educação, saúde física e emocional dos seus cidadãos.

Somos psicanalistas unidos em prol da valorização do pensamento clínico e sua implicação com o social.

Entendemos como “psicanálise implicada” uma prática teórico-clínica de articulação da Psicanálise com o pensamento científico, as artes, a literatura, a sociedade e a política, atenta a todo tipo de “sofrimento sociopolítico” produzido no encontro entre os sujeitos.

Pensar e intervir nesse mundo que habitamos, considerando-nos como participantes ativos da cultura, é seguir a tradição freudiana. Como psicanalistas do nosso tempo, somos convocados a desenvolver uma psicanálise viva, comprometida com o dia a dia da nossa existência. Essa diversidade em nossos interesses enriquece a nossa própria formação, escuta e atuação analítica. Freud não apenas se dedicou a uma “escuta” da cultura, como destrinchou a estrutura do psiquismo, os processos de identificação do Eu por meio do estudo da “psicologia das massas”. Queremos, portanto, afirmar nossa compreensão de que não nos afastamos da clínica quando nos implicamos com os fenômenos socioculturais, ao mesmo tempo que reconhecemos o desafio que este engajamento nos traz, especialmente para que não deixemos enfraquecer o foco no aperfeiçoamento de nossa escuta clínica.

A Psicanálise, ao levar os

sujeitos em consideração, tem a ética como seu fundamento. Nossa prática, não somente no consultório, passa por constantes reflexões ao reconhecer a incompletude como estruturante do psiquismo. O trabalho psicanalítico “subversivo”, como o próprio Freud se referia, requer atitudes de não obediência cega, de reflexão sobre a ação, que envolve o processo de tomada de consciência das forças do psiquismo que agem em nós e, por aí, nos tornamos mais sujeitos de nós mesmos. A psicanálise considera o singular de tudo aquilo que escapa, que foge à regra, não funciona e não se adapta.

Nisso, inclui-se o exercício da gestão de uma Instituição com sua complexidade, sujeito a críticas e que ocupa tempo, pois envolve também a administração de conflitos resultantes da expressão de pontos de vista diferentes que podem impactar as relações pessoais. Velhos problemas se atualizam, decisões que no passado foram as melhores pedem mudanças, por não mais responderem aos desafios atuais. Sabe-se que a potência da autonomia e o protagonismo dos sujeitos emerge de ações pautadas pela transversalidade dos encontros, o que implica na recusa do exercício do poder verticalizado (de cima para baixo) e da fragmentação da horizontalidade

das profissões, que produzem autoritarismos em vez de autonomias. Talvez, por isso, justifica-se a falta de ânimo de muitos de nós no envolvimento institucional.

Cabe ressaltar que fomos sacudidos pela nossa grupalidade a buscar força entre nós, para nos colocar disponíveis e ocupar os lugares de responsabilidades formais da Diretoria da nossa Sociedade. E, ao começarmos pelo exame da estrutura organizacional de nossa Instituição e as funções designadas para os cargos da Diretoria, pensamos que:

A Diretoria de Comunidade e Cultura, considerada como a porta de entrada da nossa Instituição para o que se encontra fora dela, apostará na continuidade da relação com a sociedade, investindo na ampliação do acesso à Psicanálise, por meio de palestras e conversas voltadas aos interesses da Comunidade, com temas específicos e linguagem acessível aos diferentes públicos e modos de estar no mundo; na possibilidade de extensão da Rede Solidária, criada desde a pandemia, quando muitos colegas passaram a oferecer uma escuta psicanalítica gratuita (a exemplo das “clínicas públicas de Freud”); no incentivo à pesquisa e parcerias com outras instituições que atuam na saúde,

educação e outros campos de saber.

Internamente, a Sociedade necessita estreitar sua relação com o Instituto, procurando, cada vez mais, ouvir seus integrantes e representantes da AMIP, ampliando espaços de discussões sobre nossas necessidades e prioridades, na busca de maior grupalidade, independentemente das funções que ocupamos na SPBsb. Cabe refletir sobre a maior participação destes membros não somente nas diferentes comissões, mas, também, como representação em trabalhos realizados pela Sociedade, reuniões e assembleias, a exemplo do que fazem outras sociedades psicanalíticas.

Entendemos, como muitos colegas da Febrapsi, que o tradicional tripé da nossa formação é insuficiente para lidarmos com o mundo contemporâneo. Há que se colocar em discussão a inclusão no nosso processo ensino-aprendizagem o conhecimento psicanalítico a respeito do envolvimento institucional e da atuação junto às comunidades. Desta maneira, estaremos atentos a uma atuação mais “implicada” e “engajada”, com foco numa atitude de “responsabilidade social”. Sabemos, de antemão, por exemplo, que a questão do

racismo estrutural brasileiro bate em nossas portas e, por isso, nesse tempo de nossa gestão, temos que responder como nossa Sociedade enfrentará essa questão. Muitas sociedades já estão pensando em estabelecer uma política de reparação, com ações para inserção de negros nos processos seletivos. Nesse sentido, a seleção que realizamos hoje atenderá esta especificidade? Um problema a ser enfrentado que acarretará outros problemas, o que exigirá diálogo com os colegas de nossa Instituição.

Assim, a formação de “trabalho com grupos, coletivos e instituições”, em nossa avaliação, urge como uma oferta importante em nosso currículo, mas essa proposta deverá ser objeto de consideração por todo o nosso grupo. Cabe ressaltar que, neste âmbito, temos acompanhado mudanças significativas em várias sociedades ligadas à Febrapsi e, por isso, propomos uma ampla pesquisa sobre os efeitos dessas transformações. Assim, defendemos uma formação que inclua a participação na vida institucional e a possibilidade de atuação junto às diferentes comunidades, a serem identificadas, segundo demandas sociais e interesses dos colegas. Citamos, como exemplo, o atendimento de

mulheres vítimas de violência e de crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade. Ainda no âmbito do Instituto, há que se pensar no processo de aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelo corpo docente e critérios para avanços e manutenção da titulação, dentre outros.

A Diretoria Científica continuará apostando no intercâmbio de conhecimentos com outras instituições psicanalíticas e na manutenção de palestras realizadas por colegas estudiosos de nosso campo de saber. Além disso, deve incrementar essas permutas com minicursos sobre os diversos temas de nossos interesses. E hoje, graças à comunicação virtual, que reduz custos com viagens e hospedagens, podemos ampliar esse contato com nossos colegas latino-americanos. Como pudemos ver no último Congresso da FEPAL, realizado de modo virtual, em outubro, temos muito a trocar com nossos colegas da língua hispânica. O diálogo com outros saberes científicos, conforme discussão

ocorrida no último Congresso da IPA, em Londres, também se faz necessário. Citamos a psiquiatria e a neurologia, bem como outras abordagens psi.

Quanto aos demais agrupamentos constantes na nossa estrutura - comissões, representações e grupos de trabalho - percebemos a necessidade de conversarmos, decidirmos as alterações que se façam necessárias e ajustarmos o Organograma e nossos Estatutos segundo nossa realidade.

A Secretaria e a Tesouraria, com as tarefas necessariamente burocráticas, continuarão com a atenção especial para o seu bom e fluido funcionamento administrativo, contando com a eficiência e prontidão das secretárias Lannusa e Flávia. Coadunando com a proposta integrativa aqui descrita, pretendemos manter um olhar atento que proporcione maior articulação entre todos os colegas da Sociedade e do Instituto.

Vivemos um período de grandes transformações que exigirá

de todos atenção aos nossos modos de habitar a vida virtual, como também os nossos espaços físicos. Assim, aspectos relacionados ao processo administrativo irão requerer atenção. Pensamos que haverá necessidade de um amplo debate sobre o que acumulamos até hoje, nestes 50 anos de nossa Instituição, e para onde e como queremos seguir.

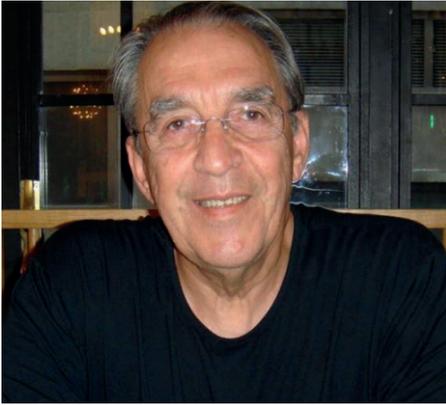
Informamos, portanto, que desejamos manter um canal aberto de comunicação com nossos colegas, membros da sociedade e do Instituto. Esperamos receber sugestões, ideias e críticas, bem como contar com maior participação nas assembleias, tendo em vista a pactuação de compromissos coletivos e a democratização do poder em todas as dimensões da nossa vida institucional.

Esta carta não tem um ponto final. Continuará sendo escrita ao longo dos próximos dois anos por todos nós.

Brasília, DF, dezembro de 2020

Cinquenta anos bem vividos!

Por Tito Nícias Rodrigues Teixeira da Silva
Analista didata da SPBsb



Não pudemos comemorar adequadamente o meio século da chegada da Psicanálise a Brasília, uma das frustrações com que tivemos de lidar causadas pelo coronavírus. Porém, isto não impediu que comemorássemos das maneiras disponíveis, ou seja, individualmente e on-line. Coroando este meio século de vida, nossa Sociedade assumiu a Presidência e o Conselho Profissional da Febrapsi e, diria, nada mais justo!

Já que vivi intensamente estes cinquenta anos, estou aqui desde o início, fui da primeira turma formada e analisada por Virgínia Bicudo, senti que tendo passado por tantas experiências, vivido e testemunhado praticamente toda a nossa história, achei que tinha o privilégio de poder escolher e relatar uma das experiências que vivemos e que marcou de forma significativa a evolução de nossa Sociedade e a participação dela na saudosa Associação Brasileira de Psicanálise (ABP).

Como já escrevi e falei muito a respeito do que vivemos desde 1970, o que escolher então para falar aqui? Pensei em selecionar

um tema que continue vivo, seja importante e que possa causar a devida turbulência emocional. Lembrei-me dos ensinamentos de Bion e escolhi um tema que ainda está sangrando, não foi digerido, não foi elaborado, não foi resolvido, não se transformou em memória e continua presente de forma bastante indigesta. Na verdade, é um problema que não se limita à nossa Sociedade, abrange todas as demais e está presente, desde o início, na história da Psicanálise. É, portanto, um problema secular e que incomoda bastante. Com estas características, o tema quase que pulou sozinho e se apresentou sem maiores dificuldades.

Estamos falando, mais uma vez, da questão do status profissional da Psicanálise e, portanto, dos problemas que afetam seus profissionais. A experiência tem mostrado que até hoje não foi possível encontrar uma solução para aquilo que tem sido chamado de a profissionalização da psicanálise. As exigências legais e burocráticas são tão complicadas, e interfeririam tanto na qualidade da formação, nos moldes estabelecidos pela IPA, que produziram um desânimo na luta pelo reconhecimento da Psicanálise como profissão. Mas não é somente isso.

É chocante constatar que, passado mais de um século, os psicanalistas não conseguiram construir um modo eficaz de defender, estabelecer e proteger o status profissional da Psicanálise e dos psicanalistas, independente do Estado. Pior ainda, não há

nada no horizonte que sugira que esta situação possa vir a ter uma solução adequada. O que nos levou a este estado lamentável? O que aconteceu é que os psicanalistas, distantes da realidade social, foram incapazes de analisar a própria situação profissional e tomar as devidas atitudes na hora certa. Ainda hoje há diversos olhares conflitantes sobre esta situação, o que torna ainda mais difícil a busca de uma solução. A incapacidade de lidar com a situação continua evidente e cada vez mais difícil, pois o número de invasores de nosso campo profissional cada vez aumenta mais.

Esta situação de conflito, como qualquer outra, como sabemos, pode produzir sintomas. Penso que não é exagero dizer que a incapacidade de ser reconhecida como profissão e de defender seus profissionais é o sintoma da Psicanálise.

E então, não há nada que possa ser feito? Vamos ter que continuar a conviver e aceitar a invasão de nosso campo profissional por todos os tipos de grupos, desde pseudorrelianos até charlatões de todos os tipos?

O que fazer então? Se aceitarmos que estes grupos ilegítimos continuem agindo livremente, aceitaremos que o prestígio e a qualidade da Psicanálise sejam colocados em risco, pois isto ocorre toda vez que o nome da Psicanálise é usado por quem não tem qualidade para fazê-lo.

Novamente: e então, não há nada que possa ser feito?

A situação ideal seria o Congresso Nacional aprovar uma lei que reconhecesse que, devido à origem da Psicanálise e à necessidade de controle de sua qualidade, somente a IPA, fundada por Freud com este objetivo, e com sede em Londres, tem autoridade para qualificar as Sociedades no mundo todo, inclusive aqui. Mas isto é um bonito sonho apenas.

Então, se não há lei ou quem nos defenda, que tal aprendermos a nos defender? O que sempre ouvi foi: Mas como? É possível? Assim?... Mas é muito trabalhoso! É mesmo, pois aqui entra o que se chama de autorregulamentação. E o que é a autorregulamentação? Nossas Sociedades deveriam denunciar todos aqueles que tentam se passar por psicanalistas sem o serem, denunciar todas as escolas que se dizem de formação psicanalítica, porém sem nenhuma qualificação, mas que se aproveitam da impotência das nossas Sociedades para lidar com este tipo de impostura. Pois é disto que se trata, se apresentar como sendo, sem na verdade ser, isto se chama charlatanismo. Há dezenas Brasil afora que se anunciam na imprensa e de várias outras maneiras, tranquilamente e sem nenhum receio, confiantes na impunidade.

Por que eleger um Conselho Profissional se ele não faz nada a este respeito? Esta deveria ser a principal preocupação do Conselho, seguida das mais diversas atitudes e ações contra este tipo de fraude. Assistimos aos crimes e nada fazemos? Somos tão Brasil assim?

Mas que autoridade temos para defender a nossa profissão e

a Psicanálise? Simplesmente o fato de pertencermos à IPA, entidade internacionalmente reconhecida como padrão de qualidade e exemplo na defesa da Psicanálise. Isto é levado em consideração pela esfera jurídica, a qualidade. Além disso e muito importante também, o fato de que qualquer propaganda que ofereça formação psicanalítica aqui no Brasil está infringindo o que dispõe o artigo 209 da Constituição Federal.

Como exemplo do dito acima, em 1998, a ABP, por meio do Diretor do Conselho Profissional, abriu um processo judicial contra a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), com sede em Niterói-RJ, "a fim de apurar a veiculação de propaganda falsa e enganosa". Esta Sociedade Ortodoxa veiculava propaganda oferecendo "formação psicanalítica em cursos com duração de vinte meses e que obedecem a uma rigorosa e sistemática grade curricular." Havia ainda outras formas de propaganda, inclusive em panfletos espalhados pela cidade. Ainda mais, esta Sociedade (SPOB) era uma extensão da Igreja Ortodoxa, sociedade religiosa. Ufa!

Em sua defesa, a SPOB alegava que aqui não havia regulamentação do ensino da Psicanálise, que o exercício profissional no Brasil é livre e que, portanto, tinha o direito de ministrar tal curso.

O juiz, em sua sentença, afirmou: "O ponto nodal da questão está em saber se a SPOB está devidamente habilitada perante o Poder Público, com registro e autorização de funcionamento

para atividade educacional, nos termos do que dispõe o art. 209 da Constituição Federal, sendo certo que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas certas condições, dentre as quais "autorização e avaliação de qualidade" pelo poder público."

A SPOB foi proibida de oferecer formação psicanalítica e foi multada a pagar os honorários advocatícios.

Embora usando aqui mais espaço do que esperávamos, vamos encerrar fazendo alguns comentários que nos parecem bastante pertinentes.

Todas estas sociedades ou pessoas que agem desta forma são mercantilistas e piratas. A IPA e suas Sociedades não são.

O que foi feito pela ABP em 1998 com a SPOB é um modelo de ação que serve muito bem para ser usado ainda hoje, seja pela Febrapsi ou pelas diversas Sociedades que a compõem. O ideal seria que as diversas Sociedades tivessem autonomia suficiente para agir em seus Estados.

A Febrapsi deveria estimular que suas Sociedades tenham autonomia para agir assim. Seria muito bom que os psicanalistas, em vez de se lamentarem por não haver um projeto de profissionalização, em vez de se angustiarem pela existência dos falsos psicanalistas, em vez de criticarem e não fazerem nada, fossem capazes de trabalhar em suas cidades e Sociedades a favor da autorregulamentação.

Há muito a fazer! Mas é preciso quem faça!

Cinquenta anos da psicanálise em Brasília e legados institucionais de Virgínia Leone Bicudo

Por Carlos Cesar Marques Frausino

Membro associado da SPBsb e diretor do Conselho Profissional da Febrapsi



Apesar da grave crise sanitária que vivemos, no segundo semestre de 2020 comemoramos os cinquenta anos da psicanálise em Brasília e homenageamos Virgínia Leone Bicudo. Merecidas comemorações e homenagens. Fatos que coincidem com a eleição, pela primeira vez, de um membro da Sociedade de Psicanálise de Brasília para a presidência da Febrapsi, Cíntia Xavier de Albuquerque.

Como sabemos, Virgínia foi a primeira pessoa a deitar em um divã no Brasil e na América Latina. Mulher negra, não médica, filha de pai negro e de mãe imigrante italiana, alguém que se interessou pela sociologia e depois pela psicanálise como caminhos para ampliar seu entendimento acerca de questões raciais e de sua própria vida.

Ademais, além de exercer o ofício de psicanalista, Virgínia foi

educadora sanitária, visitadora psiquiatra, socióloga, professora universitária, divulgadora científica e protagonista de iniciativas na institucionalização, divulgação e interiorização da psicanálise no Brasil. Foi pioneira nessas atividades e uma fértil autora, com uma produção de trabalhos e artigos incomparáveis à produção de autores contemporâneos. Foi uma das primeiras pessoas do Brasil a publicar, em 1964, no *Internacional Journal of Psychoanalysis*.

A história de Virgínia Bicudo é a biografia de uma mulher incomum, dotada de uma profunda sensibilidade para compreender a condição humana, com uma intensa capacidade de transformar experiências de vida em ações transformadoras e na produção de conhecimento. Estudou as relações do homem com a cultura, as relações interpessoais e intersíquicas, viveu e estudou, como poucos, as singularidades da sociedade brasileira: os não tão silenciosos preconceitos de classe, gênero, cor e raça.

Na sua trajetória institucional na psicanálise, divulgou as ideias kleinianas e bionianas. Estruturou e foi diretora do Instituto da SBPSP por longo período, incentivou o relançamento da Revista Brasileira de Psicanálise e promoveu o lançamento do *Jornal de Psicanálise*, com o objetivo de divulgar os trabalhos

dos candidatos e analistas do Instituto da SBPSP, além de incluir no Instituto a formação de analistas de crianças e adolescentes. Edificou os pilares da futura Sociedade de Psicanálise de Brasília e lançou a *Revista Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*. São legados institucionais que permanecem na SPBsb.

Há colegas em Comitês da IPA, na coordenação do Observatório Psicanalítico da Febrapsi, em convênios e parcerias com a Universidade de Brasília (UnB) e com o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), nas diretorias da Associação Brasileira de Candidatos (ABC) e na Organização dos Candidatos da América Latina (Ocal).

Na chapa eleita para a Febrapsi, em julho de 2020, assumi a diretoria do Conselho Profissional. Diretoria que tem a responsabilidade de zelar pelo ofício de psicanalista. No Brasil, a psicanálise é um ofício, mas não é uma profissão, pois não há legislação que a regule. Mas como zelar pelo ofício em um momento distópico que vivemos, onde avanços civilizatórios conquistados, ao longo de décadas, por movimentos políticos e sociais de vários matizes ideológicos, estão sendo destruídos? Políticas consolidadas estão em xeque, como a política nacional de saúde mental, e a ciência não é um parâmetro norteador da

confeção de políticas públicas. Como lidar com a frequente oferta de cursos de psicanálise “religiosos” e outros que não seguem os parâmetros da formação/transmissão pautados pela ética analítica e pelo clássico tripé?

A Febrapsi é composta por 2.308 filiados, sendo 1.370 membros e 938 candidatos, e não há consenso entre os psicanalistas acerca do futuro e dos rumos do nosso ofício. Isso pode não ser relevante no âmbito da IPA, pois as formações, em nossos Institutos, são pautadas por uma ética ancorada na intensidade e no rigor da formação contínua, das supervisões e das análises pessoais.

Diante dessa realidade emergem questões: quais os limites da psicanálise (na sua formação/transmissão e ofício) para realizar uma possível transição para uma possível regulamentação e/ou regulação? Nesse sentido, como evitar essa articulação com as normas jurídicas que “ultrapassam” o método e os procedimentos psicanalíticos? Podemos evitar a regulamentação ou regulação? É possível escapar desses enquadramentos normativos?

Dessa forma, nesse quadro e na atual conjuntura, a questão emergente é: até onde podemos trilhar fora dos arranjos institucionais da legislação seguindo a nossa ética da formação psicanalítica e do exercício do nosso ofício?

Parece-me que a autorregulação seja a saída a ser construída pela comunidade psicanalítica.

A Febrapsi tem participado ativamente do Movimento Articulação desde o seu início, sendo representada pelo Diretor do Conselho Profissional, que segue as diretrizes estabelecidas pela diretoria da Federação. Esse movimento, criado em 2000, é constituído por mais de 60 entidades psicanalíticas que têm nos postulados freudianos os princípios que norteiam a formação de psicanalistas e o exercício da psicanálise. Nesse sentido, a Articulação tem sido muito atuante sempre que novos projetos de regulamentação da profissão se apresentam na Câmara dos Deputados.

Os projetos de regulamentação da profissão têm um longo histórico iniciado em 1975, porém cabe destacar que nenhum deles foi formulado por psicanalistas. Atualmente, tramitam no Senado o Projeto de Lei do Senado 101/2018, do senador Telmário Motta, *que Regulamenta a profissão de psicanalista*; o Projeto de Lei do Senado 114/2017, do mesmo senador, *que Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista* (no qual se insere a psicanálise); e a Sugestão Parlamentar 40/2017, *que propõe a Regulamentação da “Psicoterapia” como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo*. Tais proposições estão sendo monitoradas pela assessoria parlamentar e pela

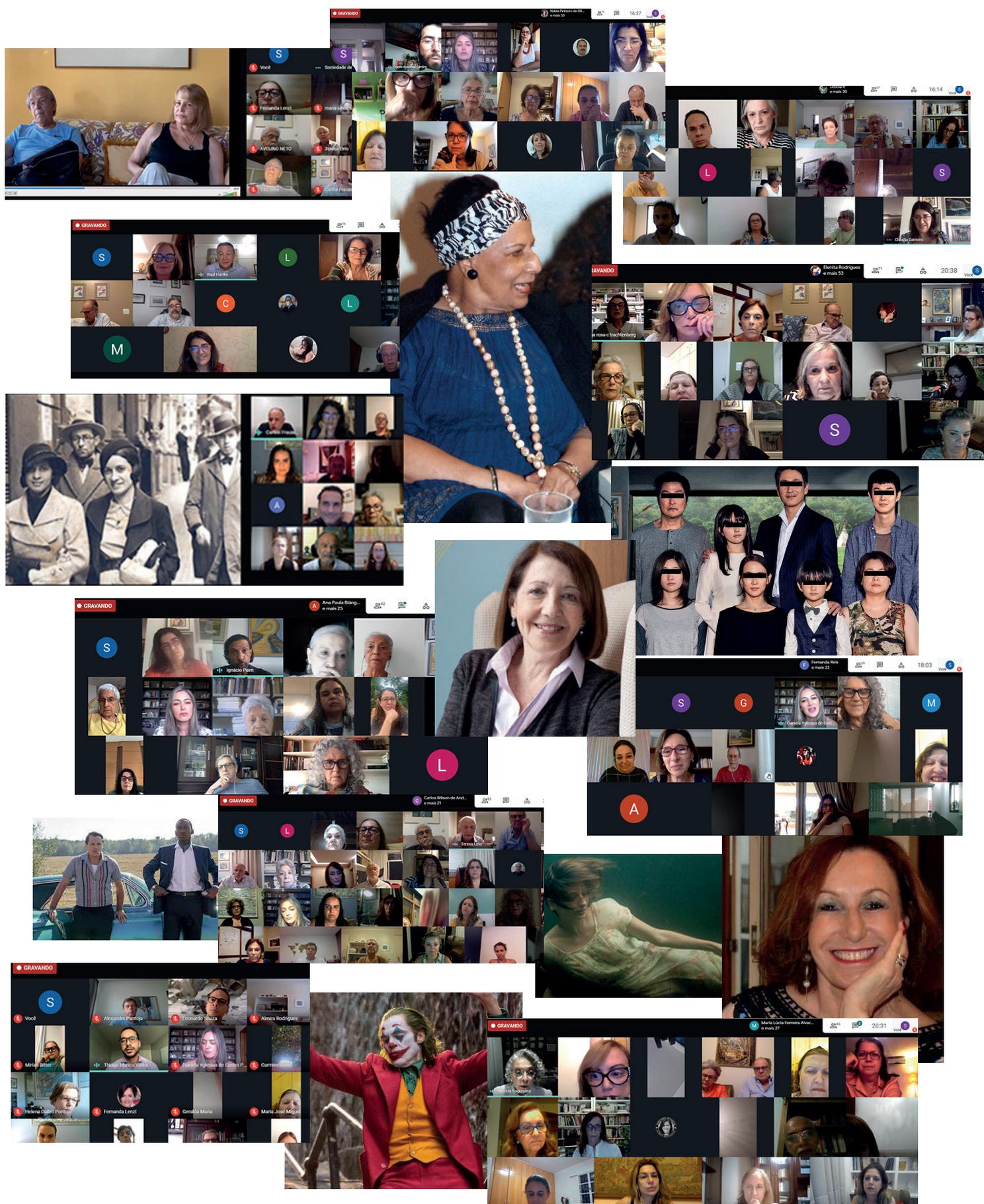
diretoria da Febrapsi, com objetivo de rejeitar e/ou arquivar esses projetos.

O entendimento de que a psicanálise, por sua própria especificidade, não deve ser regulamentada, tem sido o consenso entre as Instituições integrantes do Movimento Articulação. Nesta gestão, seguimos dando continuidade ao trabalho desenvolvido nas gestões anteriores. Permanecer debatendo, avaliando e refletindo sobre esta complexa situação tem sido a posição da Febrapsi que, junto com o grupo que compõe a Articulação, tem se ocupado desta relevante questão nas últimas décadas. Mas, talvez sejam necessários outros passos no âmbito do movimento. Passos ancorados no senso ético e na responsabilidade social da psicanálise.

Ao longo dos últimos anos, a psicanálise se desenvolveu teoricamente e clinicamente. Nesse momento histórico, a sociedade brasileira nos pede novos avanços e interações com a comunidade, a cultura e a política. Tais movimentos devem ser feitos de forma coletiva e amplamente debatida, para que a especificidade do nosso ofício não seja maculada. Essa é a proposta do Conselho Profissional em 2021, que segue as diretrizes de outras diretorias. Para tanto, vamos necessitar da efetiva participação de todos.

Eventos

Desde 31 de julho, os eventos organizados pela Diretoria Científica e Diretoria de Comunidade e Cultura passaram para a modalidade on-line, devido ao isolamento imposto pela pandemia do coronavírus. Isso não impediu que os encontros fossem ricos, estimulantes e com grande participação do público interno e externo.



BIOGRAFIA



René Roussillon

Nascido em 1947 em Lyon, René Roussillon é psicólogo, doutor em Psicologia, professor na Universidade Lumière Lyon 2 e membro da Sociedade Psicanalítica de Paris. No prefácio à edição brasileira de seu livro *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*¹, o psicanalista Luís Claudio Figueiredo² destaca que Roussillon ocupa um lugar de relevo na psicanálise contemporânea chamada de “psicanálise transmatricial”.

Figueiredo explica que nos pensamentos e práticas da psicanálise transmatricial estão elementos da linhagem freudokleiniana, em especial em sua versão construída a partir de Wilfred Bion, e elementos da linhagem ferencziana, com visão focada por Donald Winnicott. “Entendemos que o que de melhor se pensa e se pratica atualmente pertence a esse campo de articulações teóricas

e ao horizonte de perspectivas clínicas que desde aí se descortina”, disse Figueiredo.

A partir dessas bases, Roussillon “constrói uma compreensão complexa e profunda de adoecimentos psíquicos que envolvem traumas precoces e repetitivos, estados de agonia e angústias primitivas, defesas radicais como as clivagens, falhas graves na constituição psíquica e, em especial, na capacidade de simbolização e apropriação subjetiva”, destacou o psicanalista brasileiro.

Além disso, acrescentou, Roussillon se aprofunda na compreensão e no tratamento das patologias do narcisismo, delineia e nomeia o que chama de adoecimentos narcísico-identitários, que englobam falhas mais sérias na capacidade de simbolização primária, o que acarreta a tais sujeitos o retorno contínuo de aspectos cindidos e não simbolizados. Tais elementos

vão aparecer “fora do psiquismo”, gerando adoecimentos psicossomáticos e condutas fora de controle.

Na questão dos atendimentos, Roussillon inova nos enquadres e nas técnicas. Para Figueiredo, sua proposta de trabalho alcança certa modalidade de funcionamento mental “que a psicanálise padrão não atinge, pois abre inúmeras possibilidades de interface com outras práticas de cuidado”. Abaixo, palestra de Roussillon sobre o tema “núcleos melancólicos no sofrimento da identidade narcísica”, publicada pela Fepal em maio de 2019.

[Clique aqui para assistir](#)

¹ São Paulo: Blucher, 2019

² Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) e professor da pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP.

CURSOS E GRUPOS DE ESTUDO

Grupo de estudos preparatórios - Congresso de Psicanalistas de Língua Francesa

Coordenação: Sílvia Helena Heimbürger
Um sábado por mês - 16h

Grupo de Estudos - Psicanálise vincular: Família e Casal

Coordenação: Comissão de Psicanálise vincular: família e casal
Encontros quinzenais - Quartas-feiras - 19h

Grupo de Estudos - Leituras a partir do Livro Anual

Coordenação: Teresa Cristina Peixoto, Maria Nilza Campos e Sancha Benvindo Lopes
Uma sexta-feira por mês - 16h

Curso - Temático teórico na Obra de Freud

Coordenação: Carlos de Almeida Vieira
3º sábado do mês - 15h

Curso - Formação de psicanalistas de crianças e adolescentes

Coordenação: Maria Sílvia Valladares
Início: 1º semestre de 2021



Boas Festas e um
Ano Novo repleto de realizações.
São os votos da
Sociedade de Psicanálise de Brasília.

CORPO DIRETIVO SPBsb

DIRETORIA

Presidente: Lúcia Eugênia Velloso Passarinho
Secretária: Isa Maria Lopes Paniago
Tesoureira: Maria Fernanda Cardoso de Olivera Lenzi
Diretora Científica: Daniela Yglesias de Castro Prieto
Diretor do Instituto: Luciano Wagner Guimarães Lirio
Diretora de Comunidade e Cultura: Maria Elizabeth Mori

BIBLIOTECA

Responsável: Isa Maria Lopes Paniago

CENAPP - CENTRO DE ATENDIMENTO E PESQUISA EM PSICANÁLISE

Coordenação: Líliliana Dutra de Moraes
Membro das subcomissões: Erika Reimann

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Editora do Boletim Informativo: Helena Daltro Pontual
Editora do Jornal Associação Livre: Paola Amendoeira

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenação: Adriana de Souza Brill
Membros: Ana Velia Vélez, Carlos Cesar Marques Frausino, Erika Reimann, Luciano Antunes

CONSELHO DE DIDATAS

Avelino Ferreira Machado Neto, Carlos de Almeida Vieira, Daniel Emídio de Souza, Delza Maria Araújo, José Nepomuceno Filho, Márcio Nunes de Carvalho, Maria de Fátima Malva, Regina Lúcia Braga Mota, Roberto Calil Jabur, Ronaldo M. de Oliveira Castro, Selma de Oliveira Porto, Sílvia Helena Heimbürger e Tito Nícias Teixeira da Silva

REVISTA ALTER

Carlos Wilson de Andrade Filho (editor)
Pedro de Andrade Calil Jabur (coeditor)

SETOR DE PSICANÁLISE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Maria Sílvia R. M. Valladares (coordenadora)

COMISSÃO DE PSICANÁLISE VINCULAR: FAMÍLIA E CASAL

Coordenadora: Lúcia Eugênia Velloso Passarinho
Membros: Ana Velia Vélez de Sánchez Osella, Lúcia Eugênia Velloso Passarinho, Maria José Miguel e Nize Nascimento

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Flávia Alvim e Lannusa Castro

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da SPBsb - edição trimestral
Editora responsável: Helena Daltro Pontual
Editoração: Lannusa Castro

Sociedade de Psicanálise de Brasília SPBsb
SHIS QI 09 Bl. E-1 sala 105 - 71625-175
Brasília-DF - (61) 3248-2309 - spbsb@spbsb.org.br - spbsb.org.br